

Subsídios podem amenizar preços para mais pobres, diz presidente do BC

A melhoria da arrecadação decorrente da alta global de preços poderia ser usada para subsidiar temporariamente itens como alimentos e energia, defendeu na quarta-feira (1º) o presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto. Em videoconferência com instituições financeiras internacionais, ele disse que essas medidas poderiam amenizar o custo social da inflação sobre a população de menor renda.

Para Campos Neto, nem sempre a dinâmica do mercado pode corrigir choques de preços causados por eventos externos. Ele, no entanto, defendeu que ajudas como subsídios sejam apenas provisórias e evitem criar gastos permanentes que prejudiquem as contas públicas no futuro.

“Temos um grande custo social. Preços de alimentos estão subindo, preço da energia está subindo, e temos a parcela mais pobre da população com necessidade de alguma assistência. Transferir uma parte do choque positivo aumento de arrecadação para resolver as questões sociais, via subsídios. Essa é uma solução boa, mas o problema é: uma vez que você cria os subsídios, há o risco de se tornar um gasto permanente”, declarou Campos Neto.

Para o presidente do BC, as exportações recordes de grãos e de petróleo estão beneficiando o Brasil e impulsionando a arrecadação do governo. Desde o segundo semestre de 2020, as commodities (bens primários com cotação internacional) têm se valorizado. Com o início da

guerra na Ucrânia, em fevereiro deste ano, as cotações subiram ainda mais e atingiram os maiores níveis em quase 20 anos.

Sem intervenção direta

Apesar de favorável à aplicação de subsídios em algumas circunstâncias, Campos Neto disse ser contra a intervenção direta nos custos de produção, como tem sido feito em países europeus.

Ele também disse que, neste momento de forte inflação, a solução “liberal” de esperar os preços se adequarem de acordo com a oferta e a demanda não seria eficiente. Segundo ele, mexer nos custos de produção poderia prejudicar os investimentos privados, levando à defasagem em infraestrutura e a gargalos na produção no futuro.

“Se intervirmos em preços, no processo de produzir petróleo e energia, isso resolverá o problema no curto prazo, mas desencorajará investimentos. Ao final, eu acho que o setor privado é quem vai resolver o problema, e não os governos”, comentou.

O presidente do BC deu uma palestra virtual na Conferência Global BIS Green Swan 2022. O encontro, que ocorreu por videoconferência em São Paulo, foi promovido pelo Banco de Compensações Internacionais (BIS), espécie de Banco Central dos bancos centrais; pelo Banco Central Europeu; pelo Banco Popular da China e pela Network for Greening the Financial System, rede que pretende estimular a economia verde no sistema financeiro. (Agência Brasil)

IPC-S fecha maio com inflação de 0,50%, diz FGV

O Índice de Preços ao Consumidor Semanal (IPC-S), calculado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), fechou maio deste ano com inflação de 0,50%. A taxa é inferior às observadas no mês anterior (1,08%) e em maio de 2021 (0,81%). Com o resultado, o IPC-S acumula inflação de 10,28% em 12 meses.

Segundo a FGV, quatro das oito classes de despesa analisadas pela pesquisa tiveram queda na taxa de inflação de abril para maio, entre elas alimentação (que caiu de 1,58% para 0,45% no período) e transportes (de 2,13% para 1,02%).

Outros grupos que registraram taxa de inflação menor foram saúde e cuidados pessoais (de 1,14% para 0,87%) e vestuário (de 1,26% para 1,21%).

Dois grupos registraram deflação (queda de preços) ainda mais acentuada do que no mês anterior: habitação (que passou de -0,69% para -1,37%) e comunicação (de -0,02% para -0,14%).

Por outro lado, dois grupos tiveram aumento da taxa: educação, leitura e recreação (que subiu de 2,51% para 3,12%) e despesas diversas (de 0,70% para 0,91%). (Agência Brasil)

Petrobras lança site com informação sobre preços de combustíveis

A Petrobras lançou na quarta-feira (1º) uma plataforma para facilitar o acesso a informações sobre os preços dos combustíveis. A estatal apresenta, de forma didática e com facilidade visual, informações sobre as parcelas envolvidas na formação dos valores da gasolina, do diesel e do gás de cozinha (GLP) e, ainda, sobre a formação dos preços ao consumidor final. O novo site permite filtrar os valores pela média nacional ou por estados, considerando os impostos estaduais e outras variáveis locais.

A empresa destacou que há

anos divulga, na página institucional da companhia, os valores cobrados em suas refinarias e a composição média do preço final, que é um tema de grande interesse do público em geral. “Nos últimos seis meses esta foi a informação mais acessada, com quase 1,5 milhão de visualizações”, informou, em nota.

A Petrobras lembrou, ainda, que em novembro do ano passado, lançou uma campanha publicitária veiculada em televisão, com a mesma intenção de informar sobre a formação de preços ao consumidor final. “O novo

ambiente virtual é mais uma ação da Petrobras para manter a sociedade informada sobre os preços de venda dos seus produtos.”

A petroleira acrescentou, que regularmente, tem prestado esclarecimentos às autoridades regulatórias, sobre defesa da concorrência e dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. “Transparência e qualidade das informações prestadas são valores praticados pela Petrobras, com reconhecimento do público externo”, destacou.

“Entre os reconhecimentos da companhia, pode-se citar o

prêmio de destaque entre as ganhadoras do Troféu Transparência concedido pela Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (Anefac) às empresas com melhor qualidade e a transparência em suas demonstrações contábeis. Além disso, o Portal de Transparência da Petrobras recebeu, ano passado, a nota máxima na avaliação da Controladoria-Geral da União (CGU), atendendo a 100% dos requisitos de transparência definidos pelo órgão”, concluiu a companhia, em nota. (Agência Brasil)

Confiança dos empresários sobe pelo terceiro mês seguido, diz FGV

O Índice de Confiança Empresarial (ICE), calculado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), avançou 2,9 pontos de abril para maio deste ano. Essa foi a terceira alta consecutiva do indicador, que atingiu 97,4 pontos, em uma escala de 0 a 200 pontos, o maior nível desde outubro de 2021 (100,4 pontos).

O ICE consolida os índices de confiança de empresários brasileiros de quatro setores pesquisados pela FGV: indústria, construção, serviços e comércio.

O Índice da Situação Atual, que mede a percepção sobre o presente, subiu 2,4 pontos e atingiu 98,1 pontos. O Índice de Ex-

pectativas, que mede a confiança no futuro, atingiu o mesmo patamar, após avançar 3,7 pontos.

Entre os quatro setores, o melhor resultado do ICE na passagem de abril para maio foi registrado pelo comércio, que teve alta de 7,4 pontos. Apesar disso, o segmento ainda tem a menor confiança: 93,3 pontos.

Com alta de 2,3 pontos de abril para maio, a indústria continua com a maior confiança (99,7 pontos). Os serviços subiram 2,1 pontos e chegaram a 98,3 pontos. A construção foi o único setor com queda de abril para maio (-1,4 ponto) e chegou a 96,3 pontos. (Agência Brasil)

Alta de matérias-primas atinge indústrias em março de modo inesperado

Levantamento da Confederação Nacional da Indústria (CNI) divulgado na quarta-feira (1º) mostra que a alta dos preços de insumos e de matérias-primas atingiu o setor industrial de modo inesperado em março. Segundo o levantamento, o aumento dos custos de insumos e matérias-primas nacionais superou as expectativas de 71% das empresas, na indústria extrativa e de transformação, e de 73% no caso específico da indústria da construção civil.

Segundo a CNI, 58% das empresas na indústria extrativa e de transformação e 68% na construção relataram aumento de preços de insumos importados acima do esperado. Para a

confederação, o resultado coincide com o início da guerra entre a Rússia e a Ucrânia, que agravou a desestruturação das cadeias de suprimento. Como consequência, além dos atrasos e interrupções no fornecimento de insumos, também houve elevação de preços.

“Em cinco setores, o aumento generalizado dos preços nacionais surpreendeu mais de 80% das empresas. São eles: produtos de borracha, biocombustíveis, metalurgia e veículos automotores e produtos de limpeza. A alta de custos nos insumos importados superou as expectativas de 100% das empresas de biocombustíveis, de 94% das indústrias de produtos de

borracha, de 75% do setor de impressão e 73% da indústria química”, informou a CNI.

De acordo com a pesquisa, o cenário de atrasos nas cadeias de suprimentos gerou uma reconfiguração na produção das indústrias brasileiras, especialmente nas que dependem de insumos importados, com reflexos em 40% da indústria geral (extrativa e de transformação) e 54% da indústria da construção.

Essas indústrias tiveram que mudar a estratégia de aquisição de insumos e matérias-primas e buscar fornecedores no Brasil. Entre as empresas que já compram no Brasil, 43% da indústria geral (extrativa e de transformação) e 50% da indústria da

construção afirmam que buscam outros fornecedores no país.

A parcela de empresas nacionais que busca fornecedores alternativos fora do país é de 18% na indústria extrativa e de transformação e de 3% na construção civil.

O levantamento mostra que a proporção de empresas na indústria extrativa e de transformação que preveem normalização da oferta de insumos e matérias-primas, ainda em 2022, é de 39%. O percentual de empresas da indústria geral e da construção que esperam normalização apenas em 2023 é de 25%, de 36% para produtos nacionais e 31% e 45% para importados. (Agência Brasil)

Receita recebe mais de 36 milhões de declarações do Imposto de Renda

A Receita Federal informou que até as 24h de terça-feira (31), fim do prazo de entrega, foram recebidas 36.322.912 declarações do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) 2022, ano-calendário 2021. A expectativa do órgão de receber 34,1 milhões de declarações foi superada.

A partir da quarta-feira (1º), quem estava obrigado e não entregou a declaração está sujeito à multa. O valor é de 1% ao mês sobre o valor do Imposto de Renda devido, limitado a 20% do valor. O valor mínimo é de R\$ 165,74. A multa é gerada no momento da entrega da declaração e o contribuinte tem 30 dias para pagar. Após o prazo, começam a correr juros de mora (taxa Selic).

São obrigados a declarar o imposto os contribuintes que receberam, em 2021, rendimentos tributáveis, sujeitos ao ajuste anual, maiores do que R\$ 28.559,70. Também devem declarar o imposto aqueles que receberam, no ano passado, rendimentos isentos, não tributáveis ou tributados exclusivamente na fonte, em valor superior a R\$ 40 mil, como rendimentos de aplicações financeiras, doações, heranças, partilha de divórcio, meação, indenizações, dividendos e juros sobre capital próprio; e, ainda, quem recebeu, em 2021, receita bruta

anual decorrente de atividade rural em valor acima do limite de R\$ 142.798,50.

Ainda é obrigado a declarar o imposto quem tinha, em 31 de dezembro de 2021, a posse ou propriedade de bens e direitos, inclusive terra nua, em valor superior ao limite de R\$ 300 mil; as pessoas que obtiveram, em qualquer mês do ano passado, ganho de capital na alienação de bens ou direitos, sujeito à incidência de imposto ou realizou operações em bolsa de valores.

As pessoas que tiveram lucro, em 2021, com a venda de imóveis residenciais, mas optaram por uma das situações de isenção total ou parcial de imposto de renda sobre o ganho de capital; que pretendem compensar prejuízos da atividade rural ou de operações em bolsa de valores; e quem passou à condição de residente no Brasil, no ano passado, também são obrigados a declarar o imposto.

Das declarações entregues, a Receita Federal informou que pouco mais de 2 milhões já foram retidas para análise, a chamada malha fina, por algum tipo de divergência encontrada.

A partir da quarta-feira (1º), após o fim do prazo para entrega, os contribuintes já podem consultar o andamento da declaração para ver se alguma pendência foi encontrada. (Agência Brasil)

Fundo de investimento vence leilão de projeto público de irrigação

O fundo de investimentos BRL T 210 FIP Multiestratégia Investimento no Exterior venceu na quarta-feira (1º) o leilão de concessão das etapas 3 a 9 do Projeto Público de Irrigação Baixo de Irecê, na região do médio São Francisco, no município de Xique-Xique, na Bahia. O certame foi o primeiro da modalidade de um projeto público de irrigação no país.

Único participante do leilão, realizado na B3, na capital paulista, o fundo ofereceu como

valor de outorga R\$ 83,1 milhões. O edital previa um valor mínimo de R\$ 82,7 milhões.

De acordo com o governo federal, a concessão, de 35 anos, deverá beneficiar cerca de 250 mil pessoas. O potencial é de geração de 180 mil empregos diretos e indiretos. Os investimentos deverão ser de R\$ 1,1 bilhão durante a vigência do contrato com a concessionária, que ficará responsável pela implan-

tação, operação e manutenção da infraestrutura de irrigação.

O projeto do Baixo de Irecê, que usará águas do Rio São Francisco, compreende uma área de 105 mil hectares, sendo, ao menos, 48 mil de hectares irrigáveis. Segundo o governo federal, esse será o maior projeto de irrigação da América Latina.

Pelo leilão, foram concedidos o Direito Real de Uso (CDRU) de uma área de 50.531

hectares, sendo 31.500 hectares de áreas irrigáveis.

O leilão foi estruturado pela Secretaria de Fomento e Parcerias com o Setor Privado do Ministério do Desenvolvimento Regional em parceria com a Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos do Ministério da Economia e a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf). (Agência Brasil)

STF mantém decisões que invalidaram acordos de motoristas de cargas

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu na quarta-feira (1º) manter decisões da Justiça Trabalhista que invalidaram acordos coletivos sobre o controle da jornada de trabalho de motoristas de transportadoras.

O julgamento tratou de acordos e convenções celebrados entre transportadoras e seus motoristas de caminhão antes da Lei 12.619/2012, norma que disciplinou os direitos e deveres

dos profissionais.

Os acordos julgados de fato não foram compatíveis com o controle de jornada de trabalho e foram contestados na Corte.

Ao julgarem o caso, por 6 votos a 5, os ministros decidiram rejeitar a ação proposta por entenderem que não se tratava do meio jurídico correto para questionar as decisões trabalhistas.

O caso chegou ao Supre-

mo por meio de um recurso da Confederação Nacional do Transporte (CNT) contra decisões da Justiça do Trabalho que anularam os acordos, por entender que existem meios tecnológicos para as transportadoras realizarem o controle de jornada dos motoristas.

Segundo a entidade, a Constituição garante a prevalência das convenções coletivas no caso de direitos não assegurados.

A Justiça do Trabalho decidiu que os acordos não poderiam ter aplicado a regra da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) que dispensa o controle de horas aos empregados que exercem atividade externa.

Com a anulação, as empresas foram condenadas ao pagamento de horas extras e de trabalho prestado em dias de descanso antes da vigência da lei. (Agência Brasil)

ALPHAVILLE S.A.
Companhia Aberta - CNPJ/ME: 16.811.931/0001-00 - NIRE: 35.300.442.296

FATO RELEVANTE

A ALPHAVILLE S.A. ("Companhia"), em cumprimento ao disposto na regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários e em complemento ao Fato Relevante divulgado em 23 de setembro de 2021, informa aos seus acionistas e ao mercado em geral que, em reunião do seu Conselho de Administração, foi aprovado o aditamento do Segundo Programa de Recuperação de Ações de emissão da Companhia ("Segundo Programa de Recuperação"), para estender o prazo máximo para a realização das operações de recompra de ações até 30 de setembro de 2022. Ficam mantidas todas as demais características do Segundo Programa de Recuperação, conforme descritas no referido Fato Relevante de 23 de setembro de 2021 e no Comunicado anexo à ata de reunião do Conselho de Administração de 22 de setembro de 2021, que aprovou o Segundo Programa de Recuperação.

São Paulo, 01 de junho de 2022.
Guilherme de Puggi e Silva
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/BB9C-7E10-1B2E-6311> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: BB9C-7E10-1B2E-6311



Hash do Documento

29EA53C078F0EC20630300BE18AD8DAA504249FF06A863AB18154BF6FEDF22FD

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 02/06/2022 é(são) :

- Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 02/06/2022 10:09 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS, LIVROS, REVISTAS LTDA - 64.186.877/0001-00



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/08BE-5D3F-604F-D20B> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 08BE-5D3F-604F-D20B



Hash do Documento

3317FF592C28E828E8D429F400849705B8AC3B2E289156C11C02147D9D25A88E

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 02/06/2022 é(são) :

- Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 02/06/2022 10:09 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS, LIVROS, REVISTAS LTDA - 64.186.877/0001-00





	Balancos Patrimoniais - 31 de dezembro de 2021 e 2020				
	Controladora		Consolidado		
	Nota	2021	2020	2021	2020
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	51.869	147.810	68.463	160.580
Contas a receber	7	243.421	233.837	312.350	299.643
Estoques	8	254.110	240.162	327.599	300.815
Tributos a recuperar	17.b	80.498	14.772	93.652	27.183
Partes relacionadas	12	66.585	26.597	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	18	-	-	-	15.166
Outros ativos	16	6.484	10.076	6.904	20.139
Total do ativo circulante		702.947	699.422	808.968	823.528
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Contas a receber com ex-quotistas	16.1	5.472	5.336	5.472	5.337
Depósitos judiciais	20	3.799	4.003	4.552	4.746
Tributos diferidos	19	222.873	205.529	258.574	243.985
Outros ativos	9	595	-	-	-
Investimentos	9	283.314	282.871	-	-
Imobilizado	10	71.202	80.467	77.995	87.131
Intangível	11	38.702	39.110	212.559	215.336
Ativo de direito de uso	15	199.690	210.911	228.563	245.564
Total do ativo não circulante		822.857	828.227	788.524	802.099
Total ativo		1.525.804	1.527.649	1.597.492	1.625.627

	Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas				
	Controladora		Consolidado		
	Nota	2021	2020	2021	2020
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	13.1	423.588	366.898	453.960	415.539
Fornecedores - operação de "confirming"	13.2	5.822	11.654	6.026	12.585
Empréstimos e financiamentos	14	214.621	357.085	214.621	357.085
Passivo de arrendamento	15	74.283	68.485	88.768	83.571
Instrumentos financeiros derivativos	18	423	-	423	-
Contas a pagar por ex-quotistas	16.2	-	1.611	-	5.971
Salários e encargos sociais a pagar	17	39.340	21.732	48.839	25.264
Impostos e contribuições sociais a recolher	17	58.928	51.685	72.962	66.533
Imposto de renda e contribuição social a pagar	17	-	-	2.582	-
Parcelamento de tributos	-	-	-	-	217
Partes relacionadas	12	43.922	36.978	-	-
Aluguéis e condomínios a pagar	34.025	23.149	40.133	28.692	
Ajustes de avaliação patrimonial	21.c	67.725	56.255	61.715	61.715
Total do passivo circulante		942.980	955.533	980.874	1.056.953
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	14	116.149	47.274	116.149	47.276
Passivo de arrendamento	15	151.644	162.229	169.443	184.942
Contas a pagar por ex-quotistas	16.2	10.836	10.372	24.174	21.483
Provisão para demandas judiciais	20	4.606	4.513	5.670	5.406
Parcelamento de tributos	-	-	-	-	624
Outros passivos	6.593	8.790	7.768	10.023	
Total passivo não circulante		289.828	233.178	323.622	269.754
Total do passivo		1.232.808	1.228.731	1.304.496	1.326.709
Patrimônio líquido					
Capital social	21.a	625.539	625.539	625.539	625.539
Reservas de capital	21.b	11.415	7.690	11.415	7.690
Ajustes de avaliação patrimonial	21.c	187	273	187	273
Prejuízos acumulados	(344.145)	(334.584)	(344.145)	(334.584)	
Total do patrimônio líquido		292.996	298.918	292.996	298.918
Total do passivo e do patrimônio líquido		1.525.804	1.527.649	1.597.492	1.625.627

	Demonstrações dos Resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020					
	Controladora		Consolidado			
	Nota	2021	2020	2021	2020	
Recosta operacional, líquida		23.a	1.026.726	823.534	1.144.853	974.475
Custo das mercadorias vendidas	24	(615.293)	(488.150)	(608.873)	(537.999)	
Lucro bruto			411.433	335.384	535.980	436.476
Recostas (despesas) operacionais						
Despesas com vendas	24	(224.564)	(197.020)	(294.600)	(249.024)	
Despesas gerais e administrativas	24	(109.672)	(102.424)	(131.259)	(129.052)	
Depreciação e amortização	24	(96.471)	(93.324)	(109.773)	(115.033)	
Outros (despesas) recostas, líquidas	24	39.301	(2.870)	37.242	(3.624)	
Resultado de equivalência patrimonial	9	5.144	(3.435)	-	-	
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e dos tributos			30.661	(63.519)	41.900	(60.257)
Recostas financeiras	25	28.138	7.315	30.092	10.196	
Despesas financeiras	25	(83.000)	(58.289)	(92.354)	(67.366)	
(Prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social			(24.201)	(114.493)	(21.172)	(117.427)
Imposto de renda e contribuição social corrente	19	19.854	38.877	19.854	38.877	
Outros tributos e contribuição social diferido	19	14.554	11.477	14.880	44.113	
(Prejuízo) do exercício			(9.647)	(75.616)	(9.647)	(75.616)
Resultado por ação - básico (R\$)	26	(0,2612)	(2,0474)	-	-	
Resultado por ação - diluído (R\$)	26	(0,2612)	(2,0474)	-	-	

	Demonstrações dos Resultados Abrangentes - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020				
	Controladora		Consolidado		
	Nota	2021	2020	2021	2020
(Prejuízo) do exercício		(9.647)	(75.616)	(9.647)	(75.616)
Outros resultados abrangentes					
Total do resultado abrangente		(9.647)	(75.616)	(9.647)	(75.616)

	Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020				
	Controladora		Consolidado		
	Nota	2021	2020	2021	2020
(Prejuízo) do exercício antes do imposto de renda e contribuição social		(24.201)	(114.493)	(21.172)	(117.427)
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com o caixa das atividades operacionais					
Depreciação e amortização	90.981	93.171	109.773	115.033	
Equivalência patrimonial	(5.144)	3.435	-	-	
Provisão para demandas judiciais	93	(1.217)	264	(1.787)	
Reserva para pagamento baseado em ações	3.725	(15.784)	3.725	(15.784)	
Provisão para devedores duvidosos e ajuste a valor presente	3.242	518	5.017	975	
Provisão para bonificações, obsolescência e quebra de estoque	(9.240)	3.759	(13.233)	5.901	
Variável cambial sobre empréstimos, financiamentos e instrumentos financeiros	2.026	24.196	2.026	24.196	
Descontos obtidos s/ aluguel	(14.596)	(11.779)	(17.817)	(19.031)	
Juros de empréstimos e outras obrigações	70.455	25.943	76.432	32.540	
Baixas de ativo imobilizado	55	170	82	209	
Decréscimo (acréscimo) em ativos operacionais	(12.826)	(50.145)	(17.724)	(39.599)	
Contas a receber	(4.708)	29.388	(13.551)	45.738	
Estoques	(65.726)	1.965	(66.469)	2.406	
Contas a receber com partes relacionadas	(37.988)	2.197	-	634	
Contas a receber com ex-acionistas	(136)	380	(195)	380	
Depósitos judiciais	204	485	194	1.015	
Outros ativos	12.016	(11.548)	12.640	(11.125)	
Acréscimo (decréscimo) em passivos operacionais	51.128	17.594	31.862	(19.756)	
Fornecedores e operações de confirming	6.944	(3.315)	-	-	
Contas a pagar com partes relacionadas	17.608	(7.626)	23.575	(9.403)	
Salários, encargos sociais e impostos a pagar	7.243	(10.856)	8.084	(16.511)	
Tributos a pagar	159	400	199	43.042	
Outros passivos	91.314	(6.778)	(123.380)	22.226	
Fluxo de caixa líquido originado das atividades operacionais	91.314	(6.778)	(123.380)	22.226	
Imposto de renda e contribuição social pagos			(2.338)	-	
Fluxo de caixa líquido originado das atividades operacionais	91.314	(6.778)	(121.046)	22.226	
Atividades de investimentos					
Aquisição de imobilizado e intangível	(17.956)	(24.362)	(19.946)	(25.705)	
Recebimentos de dividendos da controlada	5.200	1.150	-	-	
Aporte de capital em troca de ações	(499)	(1.100)	-	-	
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(12.255)	(24.312)	(19.946)	(25.705)	
Atividades de financiamentos					
Captação de empréstimos e financiamentos	334.620	329.331	334.620	329.331	
Pagamentos de empréstimos e financiamentos e juros	(396.806)	(134.555)	(396.806)	(134.700)	
Pagamentos de Juros de empréstimos e financiamentos	(43.509)	-	(43.509)	-	
Pagamentos de contas a pagar com ex-acionistas	(1.214)	(1.618)	(4.495)	(5.975)	
Amortização de Juros de contas a pagar com ex-acionistas	(462)	-	-	-	
Contraprestação de arrendamentos	(66.829)	(64.084)	(81.313)	(77.282)	
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(174.000)	129.074	(93.217)	111.974	
Redução no caixa e equivalentes de caixa	(95.941)	97.986	(92.117)	107.895	
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	147.810	49.824	160.580	52.685	
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	51.869	147.810	68.463	160.580	
	(95.941)	97.986	(92.117)	107.895	

	Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020				
	Controladora		Consolidado		
	Nota	2021	2020	2021	2020
Saldos em 31 de dezembro de 2019					
Outorga de opções		625.539	10.264	23.264	390.319
Compensação de prejuízos acumulados com reserva de capital		-	(10.053)	-	(15.789)
Prejuízo do exercício		-	-	-	(75.616)
Realização da reserva de custo atribuído, líquida de impostos		-	-	(104)	104
Saldos em 31 de dezembro de 2020		625.539	211	3.725	(9.647)
Outorga de opções		22	-	7.479	273
Prejuízo do exercício		-	-	-	(96)
Realização da reserva de custo atribuído, líquida de impostos		21.c	-	187	86
Saldos em 31 de dezembro de 2021		625.539	211	11.204	292.996

	Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020				
	Controladora		Consolidado		
	Nota	2021	2020	2021	2020
Saldos em 31 de dezembro de 2019					
Outorga de opções		625.539	10.264	23.264	390.319
Compensação de prejuízos acumulados com reserva de capital		-	(10.053)	-	(15.789)
Prejuízo do exercício		-	-	-	(75.616)
Realização da reserva de custo atribuído, líquida de impostos		-	-	(104)	104
Saldos em 31 de dezembro de 2020		625.539	211	3.725	(9.647)
Outorga de opções		22	-	7.479	273
Prejuízo do exercício		-	-	-	(96)
Realização da reserva de custo atribuído, líquida de impostos		21.c	-	187	86
Saldos em 31 de dezembro de 2021		625.539	211	11.204	292.996

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas - 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Ri Happy Brinquedos S.A. ("Ri Happy" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede em São Paulo, Estado de São Paulo. A Companhia foi criada em abril de 1998 e sua sede social está localizada na Avenida Engenharia Luis Carlos Berrini, nº 105, 16º Andar, Cidade Monções, São Paulo/SP, CEP nº 071-011. A Ri Happy, diretamente ou por meio de sua subsidiária "Círculo" ou "Grupo Ri Happy") tem como atividade principal o comércio varejista de brinquedos e artigos recreativos. A Companhia tem como principal controladora a PBKIDS Brinquedos Ltda. ("PBKIDS"), adquirida em 31 de agosto de 2012. A Companhia detém ainda o controle de uma distribuidora, a New Toys Comércio, Distribuição e Importação Ltda., uma franqueadora denominada Partout Administradora de Bens Ltda., e uma licenciadora, a Brincar Marcas e Participações Ltda.. Em 31 de dezembro de 2021, a Ri Happy possuía 226 lojas próprias, sendo 176 operando sob a bandeira Ri Happy e 50 sob PBKIDS, 2 sites de comércio eletrônico através das URLs <https://www.rihappy.com.br/> e <https://www.pbkids.com.br/> por meio de 71 lojas licenciadas no modelo franquia. As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram aprovadas pela Diretoria em 13 de maio de 2022. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e suas controladas apresentaram capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 240.033 na controladora e R\$ 171.906 no consolidado, (em 2020 o montante de R\$296.131 na controladora e R\$233.427 no consolidado), principalmente em função de empréstimos obtidos para capital de giro ao longo dos exercícios de 2020 e 2021. Diante deste contexto, as ações de curto prazo da Companhia são: 1) repacotamento com os bancos das dívidas para longo prazo e 2) desalocação com o mesmo banco de caixa com base em resultados de juros. A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. **Impactos da Covid-19:** A administração do Grupo vem acompanhando os impactos da COVID-19 (coronavírus) nas atividades da Companhia e em suas subsidiárias. A administração do Grupo criou uma equipe multidisciplinar que trabalha pela prevenção e, também, para conter a propagação de forma mais assertiva em caso de confirmação da doença, bem como da continuidade dos negócios da Companhia. Durante 2021 a Companhia revisou as estimativas contábeis relacionadas abaixo: (i) Perdas estimadas das contas a receber; (ii) Valor justo dos instrumentos financeiros; (iii) Taxas de juros utilizadas para descontos a valor presente; (iv) Avaliação de não recuperação dos ativos imobilizados, intangíveis e direitos de uso; (v) Identificação dos descontos obtidos em contratos de arrendamento que estão relacionados com a Covid-19; (vi) Revisão da metodologia de avaliação de desempenho da receita de serviços prestados. Como resultado dessa revisão, a Companhia identificou ajustes que foram reconhecidos nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de

Ri Happy Brinquedos S.A. CNPJ nº 58.731.662/0001-11

continuação
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas - 31 de dezembro de 2021 e 2020
Os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor...

representação e avaliação. A FRFS 17 vigorou para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos...

6. Caixa e equivalentes de caixa
2021 2020
Caixa e depósitos bancários 668 1.687

7. Contas a receber
Administradoras de cartões de crédito e débito (a)
Outras contas a receber de clientes (b)

Administradoras de cartões de crédito e débito: 2021 2020
Outras contas a receber de clientes (b): 2021 2020

8. Estoques
Mercadorias para revenda bruta
Provisão para perdas
Provisão para doação

9. Investimentos (Controladora)
31/12/2021 31/12/2020
Investimentos 283.314 282.871

10. Imobilizado: Movimentação
2021 2020
Instalações 61.921 37.686

11. Intangível
Software e licenças
Contrato de luvas

12. Passivo
31 de dezembro de 2021 31 de dezembro de 2020
Capital de giro (a) 110.113 3.110

13. Fornecedores: 13.1. Fornecedores
31/12/2021 31/12/2020 31/12/2021 31/12/2020
Fornecedores - revenda 410.634 353.192

13.2. Fornecedores - operação de "Confirming": A Companhia possui contrato firmado com o Banco Bradesco...

14. Emprestimos e financiamentos
Encargos anuais
final 2021 2020 2021 2020

15. Ativos por direito de uso e passivos de arrendamentos: O Grupo avalia, na data de início do contrato...

16. Passivos de arrendamento
31/12/2021 31/12/2020 31/12/2021 31/12/2020
Arrendamento financeiro - instalações 57 151

17. Provisão para demandas judiciais: O Grupo é partes em diversos processos judiciais e administrativos...

18. Provisão para demandas judiciais e administrativas
31 de dezembro de 2021 31 de dezembro de 2020

19. Provisão para demandas judiciais e administrativas: O Grupo é partes em diversos processos judiciais e administrativos...

20. Provisão para demandas judiciais e administrativas
31 de dezembro de 2021 31 de dezembro de 2020

21. Provisão para demandas judiciais e administrativas: O Grupo é partes em diversos processos judiciais e administrativos...

22. Provisão para demandas judiciais e administrativas
31 de dezembro de 2021 31 de dezembro de 2020

23. Provisão para demandas judiciais e administrativas: O Grupo é partes em diversos processos judiciais e administrativos...

24. Provisão para demandas judiciais e administrativas
31 de dezembro de 2021 31 de dezembro de 2020

25. Provisão para demandas judiciais e administrativas: O Grupo é partes em diversos processos judiciais e administrativos...

26. Provisão para demandas judiciais e administrativas
31 de dezembro de 2021 31 de dezembro de 2020

27. Provisão para demandas judiciais e administrativas: O Grupo é partes em diversos processos judiciais e administrativos...

28. Provisão para demandas judiciais e administrativas
31 de dezembro de 2021 31 de dezembro de 2020

29. Provisão para demandas judiciais e administrativas: O Grupo é partes em diversos processos judiciais e administrativos...

30. Provisão para demandas judiciais e administrativas
31 de dezembro de 2021 31 de dezembro de 2020

exceto quando indicado de outra forma)
negócios da PBKIDS gerou-se ágio, e parte de sua alocação foi destinada a marcas e patentes (marca PBKIDS) e cláusula de não concorrência de ex-acionistas da PBKIDS...

Alocações: PBKIDS Everkid Planeta Brinquedo Total
54.846 - 478 55.324

6. Teste de recuperação de ativos intangíveis sem vida útil definida e intangíveis com vida útil indefinida: O ágio adquirido por meio de combinações de negócios é alocado nas unidades geradoras de caixa para teste de impairment...

7.1. Contas a receber de clientes por idade de vencimento
91 dias (103 dias em 2020)

91 dias (103 dias em 2020): 2021 2020
244.602 229.844

12. Partes relacionadas: New Toys Comércio, Distribuição e Importação Ltda. (a) PBKIDS Brinquedos Ltda. (b)

12. Partes relacionadas: 2021 2020
New Toys Comércio, Distribuição e Importação Ltda. (a) 163 230

13. Fornecedores: 13.1. Fornecedores
Fornecedores - revenda
Fornecedores - serviços

13.1. Fornecedores: 31/12/2021 31/12/2020 31/12/2021 31/12/2020
Fornecedores - revenda 410.634 353.192

13.2. Fornecedores - operação de "Confirming": A Companhia possui contrato firmado com o Banco Bradesco...

14. Emprestimos e financiamentos
Encargos anuais
final 2021 2020 2021 2020

15. Ativos por direito de uso e passivos de arrendamentos: O Grupo avalia, na data de início do contrato...

16. Passivos de arrendamento
31/12/2021 31/12/2020 31/12/2021 31/12/2020
Arrendamento financeiro - instalações 57 151

17. Provisão para demandas judiciais: O Grupo é partes em diversos processos judiciais e administrativos...

18. Provisão para demandas judiciais e administrativas
31 de dezembro de 2021 31 de dezembro de 2020

19. Provisão para demandas judiciais e administrativas: O Grupo é partes em diversos processos judiciais e administrativos...

20. Provisão para demandas judiciais e administrativas
31 de dezembro de 2021 31 de dezembro de 2020

21. Provisão para demandas judiciais e administrativas: O Grupo é partes em diversos processos judiciais e administrativos...

22. Provisão para demandas judiciais e administrativas
31 de dezembro de 2021 31 de dezembro de 2020

23. Provisão para demandas judiciais e administrativas: O Grupo é partes em diversos processos judiciais e administrativos...

24. Provisão para demandas judiciais e administrativas
31 de dezembro de 2021 31 de dezembro de 2020

25. Provisão para demandas judiciais e administrativas: O Grupo é partes em diversos processos judiciais e administrativos...

26. Provisão para demandas judiciais e administrativas
31 de dezembro de 2021 31 de dezembro de 2020

27. Provisão para demandas judiciais e administrativas: O Grupo é partes em diversos processos judiciais e administrativos...

28. Provisão para demandas judiciais e administrativas
31 de dezembro de 2021 31 de dezembro de 2020

29. Provisão para demandas judiciais e administrativas: O Grupo é partes em diversos processos judiciais e administrativos...

30. Provisão para demandas judiciais e administrativas
31 de dezembro de 2021 31 de dezembro de 2020

31. Provisão para demandas judiciais e administrativas: O Grupo é partes em diversos processos judiciais e administrativos...

Ri Happy Brinquedos S.A. CNPJ nº 58.731.662/0001-11

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas - 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

foi reconhecido no grupo de resultado financeiro, reduzindo a despesa de juros de atualização do passivo de arrendamento.

Maturidade dos passivos de arrendamento	Controladora					
	Taxa de desconto		Entre		Mais de	
	média	Valor	Fluxo	Até 1 ano	3 anos	3 anos
Vencimento do contrato	ponderada	contábil	contratual	Até 1 ano	3 anos	3 anos
1 - Vencimento entre 0 e 12 meses	9,83%	11.320	11.796	11.796	-	-
2 - Vencimento entre 13 e 24 meses	10,79%	21.229	23.074	15.629	7.445	-
3 - Vencimento entre 25 e 36 meses	10,13%	30.253	34.264	13.671	20.593	-
4 - Vencimento entre 37 e 48 meses	10,47%	28.170	33.766	9.329	18.813	5.624
5 - Vencimento entre 49 e 60 meses	11,34%	19.742	25.071	5.560	11.121	8.290
6 - Mais de 60 meses	10,81%	115.156	164.811	22.364	45.239	97.208
		225.870	292.782	78.349	103.211	111.222

Vencimento do contrato	Consolidado					
	Taxa de desconto		Entre		Mais de	
	média	Valor	Fluxo	Até 1 ano	3 anos	3 anos
1 - Vencimento entre 0 e 12 meses	10,15%	14.063	14.645	14.645	-	-
2 - Vencimento entre 13 e 24 meses	10,80%	25.255	27.456	18.461	8.995	-
3 - Vencimento entre 25 e 36 meses	9,74%	48.806	52.934	20.796	32.138	-
4 - Vencimento entre 37 e 48 meses	10,64%	30.809	36.872	10.304	20.763	5.805
5 - Vencimento entre 49 e 60 meses	11,48%	21.515	27.354	6.045	12.090	9.219
6 - Mais de 60 meses	10,99%	119.708	171.192	23.321	47.155	100.716
		258.156	330.453	83.572	121.141	115.740

Pagamentos variáveis: A Companhia efetua pagamentos de arrendamentos variáveis que estão entre 1% e 5% das vendas realizadas nas lojas arrendadas. Tais pagamentos não foram incluídos na mensuração de passivos de arrendamento. O total de pagamentos variáveis em 2021 na controladora foi de R\$38.197 e no consolidado R\$56.642.

16. Contas a pagar e a receber com ex-quotistas: 16.1. **Contas a receber com ex-quotistas:** Contas a receber com ex-quotistas - aquisição da Ri Happy (Controladora e Consolidado): Nos termos do contrato de compra e venda firmado em 9 de novembro de 2011, eventuais contingências cujo fato gerador tenha se originado na Administração anterior, se e quando se tornem devidas em consonância com o disposto no contrato, são de responsabilidade dos antigos acionistas. Assim, as provisões para demandas ou reivindicações anteriores à respectiva data de aquisição são providenciadas uma vez que o desembolso poderá ser realizado diretamente pela Companhia. Entretanto, devido ao disposto no contrato referido acima, a Companhia também reconhece contas a receber com os antigos acionistas controladores. O saldo a receber em 31 de dezembro de 2021 era de R\$5.472 no circulante (em 31 de dezembro de 2020 o saldo era de R\$5.373).

16.2. **Contas a pagar ex-acionistas:** Os valores a pagar aos ex-quotistas são:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Ex-acionistas Ri Happy (a)	10.836	6.694	10.836	6.694
Ex-acionistas PBKids (b)	-	-	13.338	11.114
Ex-quotistas Planeta (c)	-	3.290	-	7.646
Total	10.836	11.984	24.174	27.454
Circulante	-	1.612	-	5.971
Não circulante	10.836	10.372	24.174	21.483

a) **Aquisição da Ri Happy (Controladora e Consolidado):** O saldo a pagar refere-se à aquisição da Ri Happy junto aos antigos acionistas e o montante original de R\$220.000 seria liquidado em 10 parcelas semestrais e corrigidas por 100% do CDI até a data do efetivo pagamento. Além disso, conforme contrato de compra e venda, caso ocorresse a incorporação da T4U pela Ri Happy, ocorreria um complemento de preço calculado com base na dívida líquida. Portanto, com a incorporação realizada em 30 de junho de 2012, gerou-se um incremento do preço de compra de R\$38.824, para ser pago e corrigido nas mesmas condições da obrigação principal mencionada acima. Em 2017, a Companhia quitou a dívida, exceto pela retenção de R\$15.407 a título de contingências materializadas. Abaixo está a movimentação desta obrigação:

	Valores	
	2021	2020
31 de dezembro de 2019	10.093	279
Juros	10.372	464
Juros	-	10.836
31 de dezembro de 2021	-	-

b) **Aquisição da Planeta Brinquedo (Controladora e Consolidado):** O saldo a pagar refere-se à aquisição da Planeta Brinquedo em 24 de fevereiro de 2012, a Companhia contratou o Banco Bradesco S.A. para ser fiador e garantir esta obrigação de pagamento, a fiança está registrada no Sistema de Informações de Crédito (SIC) do Banco Bradesco S.A. sob o nº 14. b) **Aquisição da PBKids (Controladora e Consolidado):** O saldo a pagar refere-se à aquisição da PBKids junto aos antigos quotistas. O saldo a pagar em 31 de dezembro de 2021 no montante de R\$13.338 será devido caso ocorra um evento de liquidez, e será corrigido por 100% do IGP-M até a data do efetivo pagamento. Uma vez que a probabilidade da ocorrência do evento de liquidez é provável, o devedor montante foi registrado em 31 de dezembro de 2012 e devidamente atualizado até 31 de dezembro de 2021.

Abaixo está a movimentação desta obrigação:

	Valores	
	2021	2020
31 de dezembro de 2019	9.080	279
Juros no período	2.031	11.111
31 de dezembro de 2020	-	-
Juros no período	2.227	13.338
31 de dezembro de 2021	-	-

c) **Aquisição da Planeta Brinquedo (Controladora e Consolidado):** Em 1º de julho de 2016, a Ri Happy adquiriu 27% da empresa Planeta Brinquedo e a PBKids adquiriu 73% pelo valor total de R\$31.679 (R\$5.553 devidos pela Ri Happy e R\$26.126 devidos pela PBKids), a serem pagos em 7 parcelas e corrigidos a 90% do CDI até a data do efetivo pagamento. Em dezembro de 2021 a dívida foi quitada, conforme abaixo:

	Ri Happy		PBKids		Total
	2021	2020	2021	2020	
Saldo 31 de dezembro de 2019	3.151	8.502	11.653	16.594	24.754
Impostos a recuperar	(1.677)	(4.533)	(6.210)	(15.687)	(23.507)
Juros do período	1.618	4.356	5.974	13.338	21.291
Saldo 31 de dezembro de 2020	-	-	-	-	-
Juros do período	59	177	236	-	472
31 de dezembro de 2021	-	-	-	-	-

17. Impostos e contribuições sociais a recolher/recuperar: a) **Impostos a recolher:** Os impostos a recolher são compostos:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
PIS e COFINS a pagar	13.649	12.020	16.383	14.988
Imposto de renda e contribuição social	-	-	2.582	-
ICMS a pagar	44.371	38.516	54.951	48.067
Outros	58.928	51.856	75.544	69.532
b) Impostos a recuperar	64.201	3.075	65.015	3.776
IRRF a recuperar	4.843	1.868	5.238	2.246
ICMS a recuperar	7.788	6.162	16.597	15.357
Outros	30.498	14.772	93.652	27.183
Total	164.811	124.291	223.364	198.187

A Companhia e suas controladas PBKids e New Toys ajustaram ação em janeiro de 2017 e fevereiro de 2018, respectivamente, contra a União para pleitear a inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, relativo aos últimos 5 anos, a partir do ajustamento da ação e para os períodos subsequentes. A Companhia obteve decisão favorável em caráter liminar em abril de 2017 na primeira instância da Justiça Federal de São Paulo, já realizou o levantamento dos valores relacionados à matéria, bem como a habilitação de crédito que já está sendo objeto de compensação. O saldo do crédito de PIS/COFINS em 31 de dezembro de 2021 era de R\$ 60.362.

18. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco: A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais e a reduzir a exposição a riscos de crédito, de taxas de juros e de moeda. Segue abaixo o quadro com a categoria dos principais instrumentos financeiros referente à Companhia em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	Controladora				Consolidado			
	2021		2020		2021		2020	
	Mensurados ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Mensurados ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Mensurados ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Mensurados ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado
Ativos financeiros								
Caixa e equivalentes de caixa	51.869	-	51.869	147.810	-	147.810	-	151.668
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	15.168	-	15.168	-	-
Contas a receber	-	243.421	243.421	233.837	-	233.837	-	233.837
Contas a receber - partes relacionadas	-	66.585	66.585	28.597	-	28.597	-	28.597
Contas a receber - ex-acionistas	-	5.472	5.472	5.336	-	5.336	-	5.336
Total	51.869	315.478	367.347	162.978	267.770	430.744	-	430.744
Passivos financeiros								
Fornecedores	-	423.858	423.858	366.898	-	366.898	-	366.898
Fornecedores - operações de confirming	-	5.822	5.822	11.654	-	11.654	-	11.654
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	-	-	-	-
(líquido do custo da transação)	-	330.770	330.770	404.359	-	404.359	-	404.359
Instrumentos financeiros derivativos	423	-	423	-	423	-	-	-
Contas a pagar com ex-acionistas	-	10.836	10.836	11.984	-	11.984	-	11.984
Partes relacionadas - contas a pagar	-	43.922	43.922	36.978	-	36.978	-	36.978
Total	423	815.208	815.631	831.873	831.873	831.873	-	831.873

	Controladora				Consolidado			
	2021		2020		2021		2020	
	Mensurados ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Mensurados ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Mensurados ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Mensurados ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado
Ativos financeiros								
Caixa e equivalentes de caixa	68.463	-	68.463	160.580	-	160.580	-	151.668
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	15.168	-	15.168	-	-
Contas a receber	-	312.350	312.350	299.643	-	299.643	-	299.643
Contas a receber - partes relacionadas	-	66.585	66.585	28.597	-	28.597	-	28.597
Contas a receber - ex-acionistas	-	5.472	5.472	5.337	-	5.337	-	5.337
Total	68.463	317.827	386.285	175.748	304.980	480.728	-	480.728
Passivos financeiros								
Fornecedores	-	453.960	453.960	415.539	-	415.539	-	415.539
Fornecedores - operações de confirming	-	6.026	6.026	12.585	-	12.585	-	12.585
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	-	-	-	-
(líquido do custo da transação)	-	330.770	330.770	404.359	-	404.359	-	404.359
Instrumentos financeiros derivativos	423	-	423	-	423	-	-	-
Contas a pagar com ex-acionistas	-	24.174	24.174	27.454	-	27.454	-	27.454
Parcelamento de impostos	637	-	637	-	637	-	-	-
Total	423	815.767	815.967	859.937	859.937	859.937	-	859.937

a) **Mensurações de valor justo:** Os ativos e passivos financeiros registrados ou divulgados a valor justo são classificados de acordo com os níveis a seguir: • Nível 1 - preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; • Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; • Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado. Os saldos de aplicações financeiras informados no Balanço Patrimonial são similares ao valor justo em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação do CDI. Os montantes de contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores são mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável. O valor contábil desses ativos se aproxima do valor justo. Abaixo, os valores justos dos empréstimos e financiamentos e das Contas a pagar com ex-quotistas que a Companhia mensura somente para fins de divulgação:

	Controladora				Consolidado			
	2021		2020		2021		2020	
	Valor contábil	Nível hierárquico	Valor justo	Nível hierárquico	Valor contábil	Nível hierárquico	Valor justo	Nível hierárquico
Passivos financeiros								
Empréstimos e financiamentos	330.770	317.891	2	404.359	393.193	2	-	-
(líquido do custo da transação)	10.836	10.836	2	11.984	11.984	2	-	-
Contas a pagar com ex-quotistas	-	-	-	-	-	-	-	-

Passivos financeiros (líquido do custo da transação) 330.770 317.891 2 404.359 393.193 2 24.174 24.174 2 27.454 27.453 2 Durante o exercício de 2021, não houve alterações de classificações dos níveis de hierarquização do valor justo dos instrumentos financeiros e não financeiros da Companhia, mantendo-se como apresentados em 2020. **Gestão de riscos:** O Grupo identifica e monitora os principais fatores de risco aos quais está exposto no curso normal das suas operações, os principais fatores de risco do Grupo são: • Risco de crédito; • Risco de taxa de juros; • Gestão de capital; • Risco de liquidez; • Risco de crédito; • Caixa e equivalentes de caixa; a fim de minimizar o risco de crédito desses investimentos, a Companhia adota políticas que restringem os investimentos em instituições financeiras aprovadas pela Administração, levando ainda em consideração limites monetários e avaliações de instituições financeiras, que são constantemente atualizadas. **Contas a receber:** o risco de crédito relativo às contas a receber é minimizado pelo fato de grande parte das vendas do Grupo serem realizadas por meio de cartões de crédito e débito. **i) Risco de taxa de juros:** A Companhia possui dívida oriunda da sua própria aquisição pela empresa T4U que posteriormente foi incorporada por ela e de aquisições das controladas PBKids e Planeta Brinquedo. A Companhia obtém empréstimos e financiamentos junto às principais instituições financeiras para fazer frente às necessidades de caixa para investimentos e crescimento, e consequentemente está exposta ao risco de taxa de juros referenciadas em CDI. O saldo de aplicações financeiras e equivalentes de caixa, indexadas ao CDI, neutraliza parcialmente esse efeito. **ii) Gestão de capital:** O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que

esta mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital bem estabelecida a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor dos acionistas. A Companhia administra a estrutura de capital e o gerenciamento das mudanças nas condições econômicas. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios finais em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

Financiamentos de curto e longo prazo Antecipação de recebíveis sem direito de regresso Contas a pagar com ex-acionistas Impostos parcelados (i) Caixa e equivalentes de caixa (ii) Instrumentos financeiros derivativos Dívida líquida Patrimônio líquido

iv) Risco de liquidez: A Companhia gerencia o risco de liquidez através do acompanhamento diário do fluxo de caixa, controle dos vencimentos dos ativos e passivos financeiros e relacionamento próximo com as principais instituições financeiras. As tabelas a seguir resumem o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2021 e de 2020.

	Controladora		Consolidado	
	Menos de 1 ano	5 anos	Menos de 1 ano	5 anos
2021	330.770	404.359	330.770	404.359
2020	83.608	24.011	107.159	27.254
2021	5.364	6.648	18.702	22.117
2020	(51.869)	(147.810)	(68.463)	(160.580)
2021	292.996	272.040	389.228	277.982
2020	292.996	298.918	292.996	298.918
2021	661.292	570.958	682.224	576.900

Fornecedores Fornecedores - operações de confirming Empréstimos e financiamentos Contas a pagar com ex-quotistas (a) Parcelamento de impostos

	Controladora		Consolidado	
	Menos de 1 ano	5 anos	Menos de 1 ano	5 anos
2021	423.858	423.858	453.960	453.960
2020	214.621	116.149	330.770	214.621
2021	-	10.836	10.836	-
2020	-	-	-	-
2021	644.301	126.985	771.286	674.824
2020	214.621	116.149	330.770	214.621

Ri Happy Brinquedos S.A. CNPJ nº 58.731.662/0001-11

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas - 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)	2021		2020	
	TBO	PBO	TBO	PBO
25. Resultado financeiro, líquido				
Despesas financeiras				
Juros sobre dívida com acionistas	(528)	(358)	(2.929)	(2.603)
Juros sobre arrendamentos	(24.212)	(24.724)	(27.786)	(29.052)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(33.268)	(16.814)	(33.287)	(16.854)
Juros sobre operação de swap	(1.697)	(622)	(1.697)	(622)
Juros sobre operação de mútuo	(326)	(446)	(410)	(517)
Fianças bancárias	(744)	(484)	(744)	(484)
Antecipações de recebíveis	(5.366)	(1.666)	(6.751)	(2.168)
Ajuste a valor presente	(15.769)	(11.868)	(17.260)	(13.667)
Despesas bancárias	(291)	(308)	(366)	(385)
Outras	(800)	(999)	(1.103)	(1.014)
Total de despesas financeiras	(83.001)	(58.289)	(92.354)	(67.366)
Recargas financeiras				
Ajuste a valor presente	6.827	4.842	7.751	6.175
Rendimento de aplicações financeiras	1.317	1.304	1.447	1.404
Juros sobre operação de mútuo	-	11	-	11
Juros sobre empréstimo de Swap	-	-	-	-
Atualizações ativas de crédito tributário	19.849	-	19.849	-
Atualizações ativas	145	1.158	1.045	2.606
Total de receitas financeiras	28.138	7.315	30.092	10.196
Resultado financeiro	(54.863)	(50.974)	(62.262)	(57.170)

Em 2021, as unidades de investimento existentes em 2019 foram canceladas sendo 20 mil unidades de investimento do tipo TBO e 35 mil unidades de investimento do tipo PBO. As premissas e resultados dos cálculos para 31 de dezembro de 2019 estão demonstrados abaixo:

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas - 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)	2021		2020	
	TBO	PBO	TBO	PBO
26. Resultado por ação:				
Resultado líquido por ação	19.849	-	19.849	-
Atualizações ativas de crédito tributário	145	1.158	1.045	2.606
Atualizações ativas	28.138	7.315	30.092	10.196
Total de receitas financeiras	(54.863)	(50.974)	(62.262)	(57.170)

A Companhia e suas controladas ajustaram ação em janeiro de 2017 contra a União para pleitear a inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, relativo aos últimos 5 anos, a partir do ajuizamento da ação e para os períodos subsequentes. A Companhia obteve decisão favorável em caráter liminar em abril de 2017 na primeira instância da Justiça Federal de São Paulo, já realizou o levantamento dos valores relacionados à matéria, bem como a habilitação de crédito que já está sendo objeto de compensação. O valor da atualização monetária do crédito do PIS/COFINS em 31 de dezembro de 2021 era de R\$ 19.750.

26. Resultado por ação: O resultado diluído por ação é calculado mediante ao ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações. A Companhia possui apenas uma categoria de ações potenciais dilutivas, decorrente dos planos de pagamentos baseados em ações.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas - 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)	2021		2020	
	TBO	PBO	TBO	PBO
27. Outras divulgações sobre os fluxos de caixa:				
27.1. Transações que não afetam o caixa:				
Prejuízo líquido do exercício			(9.647)	(75.616)
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação (em milhares de ações)			36.932	36.932
Planos de pagamentos baseados em ações			1.988	1.988
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para o resultado diluído por ação			38.920	38.920
Lucro líquido (prejuízo) básico por ação - R\$			(0,2612)	(2,0474)
Lucro líquido (prejuízo) diluído por ação - R\$			(0,2612)	(2,0474)

27. Outras divulgações sobre os fluxos de caixa: 27.1. Transações que não afetam o caixa: Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 as seguintes transações não afetaram o caixa:

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas - 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)	2021		2020	
	TBO	PBO	TBO	PBO
27.2. Mudanças nos passivos de atividades de financiamento				
Arrendamentos contratados	7.165	8.937	7.850	8.937
Remensuração dos arrendamentos	45.018	15.602	53.145	16.035
Provisão de desmantelamento	(114)	(125)	(115)	(207)
Adicionalmente, as opções e ações emitidas, descritas na Nota Explicativa nº 22, também não tiveram contrapartida em caixa.				

24. Despesas por natureza

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas - 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)	2021		2020	
	TBO	PBO	TBO	PBO
Mercadorias vendidas	(615.293)	(488.150)	(608.873)	(537.999)
Despesas com pessoal	(188.285)	(162.150)	(244.108)	(214.031)
Despesas com administradora de cartões	(19.977)	(15.828)	(25.250)	(19.588)
Depreciação e amortização	(27.936)	(34.744)	(31.777)	(39.684)
Amortização de direito de uso de arrendamento	(63.405)	(58.428)	(77.996)	(75.349)
Serviços temporários e de terceiros	(61.015)	(79.608)	(63.851)	(88.729)
Despesas com aluguéis e condomínios	(44.148)	(28.506)	(64.980)	(39.524)
Outras receitas (despesas) operacionais	(18.490)	(18.204)	15.572	(19.828)
Total	(1.001.209)	(883.618)	(1.107.263)	(1.034.732)

Empréstimos e financiamentos - circulante
 Empréstimos e financiamentos - não circulante
 Contas a pagar com ex-acionistas
 Passivos de arrendamento - circulante
 Passivos de arrendamento - não circulante
 Instrumentos financeiros derivativos

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas - 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)	2021		2020	
	TBO	PBO	TBO	PBO
24. Despesas por natureza				
Mercadorias vendidas	(615.293)	(488.150)	(608.873)	(537.999)
Despesas com pessoal	(188.285)	(162.150)	(244.108)	(214.031)
Despesas com administradora de cartões	(19.977)	(15.828)	(25.250)	(19.588)
Depreciação e amortização	(27.936)	(34.744)	(31.777)	(39.684)
Amortização de direito de uso de arrendamento	(63.405)	(58.428)	(77.996)	(75.349)
Serviços temporários e de terceiros	(61.015)	(79.608)	(63.851)	(88.729)
Despesas com aluguéis e condomínios	(44.148)	(28.506)	(64.980)	(39.524)
Outras receitas (despesas) operacionais	(18.490)	(18.204)	15.572	(19.828)
Total	(1.001.209)	(883.618)	(1.107.263)	(1.034.732)

O Grupo negocia uma série de acordos comerciais e bonificações com seus fornecedores, sendo que esses acordos e bonificações apresentam características individuais para produtos, datas especificadas do ano e por empresa do Grupo. No resultado da controladora o efeito líquido dos acordos comerciais e bonificações com fornecedores gerou em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$45.394 (R\$49.009 em 2020) e no consolidado foi de R\$54.994 (R\$60.611 em 2020). A Companhia e suas controladas ajustaram ação em janeiro de 2017 contra a União para pleitear a inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, relativo aos últimos 5 anos, a partir do ajuizamento da ação e para os períodos subsequentes. A Companhia obteve decisão favorável em caráter liminar em abril de 2017 na primeira instância da Justiça Federal de São Paulo, já realizou o levantamento dos valores relacionados à matéria, bem como a habilitação de crédito que já está sendo objeto de compensação. O valor do crédito de PIS/COFINS em 31 de dezembro de 2021 era de R\$ 42.362.

28. Cobertura de seguros: A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade e de suas controladas. Em 31 de dezembro de 2021, o Grupo mantém suas apólices e as coberturas totais por ramo são as seguintes:

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas - 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)	2021		2020	
	TBO	PBO	TBO	PBO
28. Cobertura de seguros:				
Multirrisco patrimonial				
Responsabilidades				
Responsabilidade civil dos diretores e administradores				

A Diretoria

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Contadora

As Acionistas e administradores Ri Happy Brinquedos S.A. São Paulo - SP. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Ri Happy Brinquedos S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das demonstrações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Ri Happy Brinquedos S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A

diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. **Responsabilidades da diretoria pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, o não ter nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais

riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 13 de maio de 2022

ERNST & YOUNG
 Auditores Independentes S.S.
 CRC-2SP034519/O-6
 Lazaro Angelim Serruya
 Contador - CRC-1DF015801/O-7

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/5ED2-E9AC-A4F4-2169> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 5ED2-E9AC-A4F4-2169



Hash do Documento

385F43734D9EFEF3607A6B28DA7EB3DED18742A7F2BB5253C9DA81F49A919D

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 02/06/2022 é(são) :

- Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 02/06/2022 10:09 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS, LIVROS, REVISTAS LTDA - 64.186.877/0001-00



BARISERTIFICADORA S.A.

CNPJ/ME 10.608.405/0001-90 - NIRE 35300368951
Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária dos Titulares de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 66ª (Décima Sexta) Série da 1ª (Primeira) Emissão da Bari Securitizadora S.A.
 Ficam convocados os titulares dos certificados de recebíveis imobiliários da 66ª (décima sexta) série da 1ª (primeira) emissão da Bari Securitizadora S.A. ("CRI", "Emissão" e "Emissora", respectivamente), nos termos da Cláusula 7.4 do "Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da 66ª Série da 1ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Bari Securitizadora S.A.", celebrado em 21 de dezembro de 2018, entre a LOG Maracanã (LOG e a Emissora, conforme aditado ("Contrato de Alienação Fiduciária de Imóveis em Garantia e Outras Avenças sob Cofundação Suspensiva", celebrado em 21 de dezembro de 2018, entre a LOG Maracanã (LOG e a Emissora, conforme aditado ("Contrato de Alienação Fiduciária", comprovarem o registro do 4º (quarto) aditamento ao Contrato de Alienação Fiduciária, celebrado em 23 de fevereiro de 2022 ("4º Aditamento") perante o 2º Ofício de Registro de Imóveis 23ª Zona de Maracanã, Estado do Ceará ("RG"), por mais 90 (noventa) dias, renováveis pelo mesmo período, a contar do prazo final estabelecido no âmbito da Assembleia Geral Extraordinária dos Titulares de CRI realizada no dia 1º de fevereiro de 2022, que passará a ser dia 20 de dezembro de 2022. Observado o artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações, bem como a Resolução CVM 60, os titulares dos CRI que desejarem participar da Assembleia deverão encaminhar, em até 48 (quarenta e oito) horas antecedente à realização da Assembleia, os documentos de identificação dos titulares (CPF dos titulares social, ata de eleição, procuração, documento de identificação RG e CPF dos signatários) para o seguinte endereço eletrônico: agentefiduciario@vortex.com.br com cópia para pos-emissao@bariguiseuc.com.br. O link de acesso à plataforma eletrônica será disponibilizado pela Emissora apenas aos titulares dos CRI que manifestarem interesse em participar da Assembleia, através dos endereços eletrônicos acima informados, até o horário de sua instalação. Os documentos relativos à matéria a ser discutida na Assembleia, incluindo este Edital, encontram-se à disposição dos titulares de CRI em consulta nas páginas eletrônicas da Emissora (<https://www.bariguiseuc.com.br/emissoes>), em conformidade com as disposições da Lei das Sociedades por Ações e regulamentação da CVM. Ademais, para fins deste Edital, os termos iniciados em letra maiúscula que não estejam aqui definidos terão os significados que lhes são atribuídos no Termo de Securitização. São Paulo, 1º de junho de 2022. **BARISERTIFICADORA S.A.**

Planeta Securitizadora S.A.

Companhia Aberta - CNPJ nº 07.587.384/0001-30 - NIRE: 35.300.369.149
Edital de Convocação da Assembleia Especial de Investidores dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª e 2ª Séries da 10ª Emissão da Planeta Securitizadora S.A.
 A Planeta Securitizadora S.A. ("Emissora"), pelo presente edital de convocação, observando o disposto no Termo de Securitização, convoca os Srs. Titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio das 1ª e 2ª Séries da 10ª Emissão da Emissora ("CRA" e "Titulares dos CRA"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRA ("Assembleia"), a ser realizada no dia 21 de junho de 2022, às 15:00, de forma exclusivamente digital, inclusive para fins de voto, por videoconferência online por meio da plataforma <https://meet.google.com>, com possibilidade de participação de forma presencial, com link de acesso a ser disponibilizado pela Emissora através dos endereços eletrônicos [gستاocra@grupogaaia.com.br](mailto:gestaocra@grupogaaia.com.br) e ao Agente Fiduciário para assembleias@pentagontrustee.com.br, preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física, documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do Titular dos CRA; e (c) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia, obedecidas as condições legais. Nos termos do Art. 26 §3º da Resolução CVM 60, será admitido o envio de instrução de voto previamente à realização da assembleia, cujo modelo será disponibilizado no site da Emissora <https://planetasec.com.br>, bem como a participação e o voto à distância durante a assembleia por meio da plataforma acima informada. O titular dos CRA que desejar exercer o voto por instrução de voto à distância deverá preencher a instrução de voto com seus dados e voto e encaminhá-la à Emissora e ao Agente Fiduciário, aos endereços eletrônicos gستاocra@grupogaaia.com.br e assembleias@pentagontrustee.com.br, assinados pela plataforma D4Sign ou plataforma equivalente, de forma que sua presença e voto sejam contabilizados à Assembleia. A Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente. A Assembleia será integralmente gravada. O registro em ata dos Titulares dos CRA presentes poderá ser realizado pelo presidente da mesa ou pelo secretário, cujas assinaturas serão realizadas por meio de assinatura eletrônica via D4Sign ou plataforma equivalente. Sem prejuízo, os Titulares dos CRA presentes à Assembleia poderão formalizar a assinatura de presença por meio de assinatura eletrônica via D4Sign ou plataforma equivalente, se assim solicitado pela Emissora.
 São Paulo, 30 de maio de 2022.
Planeta Securitizadora S.A.

Planeta Securitizadora S.A.

Companhia Aberta - CNPJ nº 07.587.384/0001-30 - NIRE: 35.300.369.149
Edital de Convocação da Assembleia Especial de Investidores dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª Série da 15ª Emissão da Planeta Securitizadora S.A.
 A Planeta Securitizadora S.A. ("Emissora"), pelo presente edital de convocação, observando o disposto no "Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio para Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª (primeira) Série da 15ª (décima quinta) emissão da Planeta Securitizadora S.A.", ("Termo de Securitização"), convoca os Srs. Titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio das 1ª Série da 15ª Emissão da Emissora ("CRA" e "Titulares dos CRA"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRA ("Assembleia"), a ser realizada no dia 21 de junho de 2022, às 15:15, de forma exclusivamente digital, inclusive para fins de voto, por videoconferência online por meio da plataforma <https://meet.google.com>, com possibilidade de participação presencial, para examinar, discutir e votar a respeito das demonstrações financeiras do Patrimônio Separado (conforme definido no Termo de Securitização), referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, apresentadas pela Emissora, acompanhadas de seu relatório de Auditor Independente, que foram emitidas sem ressalvas e sem opinião modificada, conforme o relatório de auditoria. Importante ressaltar que, caso não seja possível obter o quórum necessário para instalação da Assembleia a aprovação das demonstrações financeiras se dará de forma automática nos termos do Art. 25 §2º da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"). Em atenção à Resolução CVM 60, a Assembleia será realizada exclusivamente por videoconferência online, na plataforma <https://meet.google.com>, com possibilidade de participação de forma presencial, com link de acesso a ser disponibilizado pela Emissora através dos endereços eletrônicos gستاocra@grupogaaia.com.br e ao Agente Fiduciário para assembleias@pentagontrustee.com.br, preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física, documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do Titular dos CRA; e (c) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia, obedecidas as condições legais. Nos termos do Art. 26 §3º da Resolução CVM 60, será admitido o envio de instrução de voto previamente à realização da assembleia, cujo modelo será disponibilizado no site da Emissora <https://planetasec.com.br>, bem como a participação e o voto à distância durante a assembleia por meio da plataforma acima informada. O titular dos CRA que desejar exercer o voto por instrução de voto à distância deverá preencher a instrução de voto com seus dados e voto e encaminhá-la à Emissora e ao Agente Fiduciário, aos endereços eletrônicos gستاocra@grupogaaia.com.br e assembleias@pentagontrustee.com.br, assinados pela plataforma D4Sign ou plataforma equivalente, de forma que sua presença e voto sejam contabilizados à Assembleia. A Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente. A Assembleia será integralmente gravada. O registro em ata dos Titulares dos CRA presentes poderá ser realizado pelo presidente da mesa ou pelo secretário, cujas assinaturas serão realizadas por meio de assinatura eletrônica via D4Sign ou plataforma equivalente. Sem prejuízo, os Titulares dos CRA presentes à Assembleia poderão formalizar a assinatura de presença por meio de assinatura eletrônica via D4Sign ou plataforma equivalente, se assim solicitado pela Emissora.
 São Paulo, 30 de maio de 2022.
Planeta Securitizadora S.A.

Planeta Securitizadora S.A.

Companhia Aberta - CNPJ nº 07.587.384/0001-30 - NIRE: 35.300.369.149
Edital de Convocação da Assembleia Especial de Investidores dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª, 2ª e 3ª Séries da 12ª Emissão da Planeta Securitizadora S.A.
 A Planeta Securitizadora S.A. ("Emissora"), pelo presente edital de convocação, observando o disposto no "Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio para Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª, 2ª e 3ª Séries da 12ª Emissão da Emissora ("CRA" e "Titulares dos CRA"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRA ("Assembleia"), a ser realizada, no dia 21 de junho de 2022, às 15:30, de forma exclusivamente digital, inclusive para fins de voto, por videoconferência online por meio da plataforma <https://meet.google.com>, com possibilidade de participação presencial, para examinar, discutir e votar a respeito das demonstrações financeiras do Patrimônio Separado (conforme definido no Termo de Securitização), referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, apresentadas pela Emissora, acompanhadas do parecer do Auditor Independente, que foram emitidas sem ressalvas e sem opinião modificada, conforme o relatório de auditoria. Importante ressaltar que, caso não seja possível obter o quórum necessário para instalação da Assembleia a aprovação das demonstrações financeiras se dará de forma automática, nos termos do Art. 25 §2º da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"). Em cumprimento ao disposto no Art. 25 §5º 3º e 4º e Art. 26 da Resolução CVM 60, o presente edital cumpre a função adicional de aviso aos Titulares dos CRA sobre a celebração de aditamento ao Termo de Securitização para refletir alterações normativas pertinentes, relativas à dispensa de publicação de edital de convocação para a realização da Assembleia. Em atenção à Resolução CVM 60, a Assembleia será realizada exclusivamente por videoconferência online, na plataforma <https://meet.google.com>, com possibilidade de participação de forma presencial, com link de acesso a ser disponibilizado pela Emissora através dos endereços eletrônicos gستاocra@grupogaaia.com.br e ao Agente Fiduciário para assembleias@pentagontrustee.com.br, preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física, documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do Titular dos CRA; e (c) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia, obedecidas as condições legais. Nos termos do Art. 26 §3º da Resolução CVM 60, será admitido o envio de instrução de voto previamente à realização da assembleia, cujo modelo será disponibilizado no site da Emissora <https://planetasec.com.br>, bem como a participação e o voto à distância durante a assembleia por meio da plataforma acima informada. O titular dos CRA que desejar exercer o voto por instrução de voto à distância deverá preencher a instrução de voto com seus dados e voto e encaminhá-la à Emissora e ao Agente Fiduciário, aos endereços eletrônicos gستاocra@grupogaaia.com.br e assembleias@pentagontrustee.com.br, assinados pela plataforma D4Sign ou plataforma equivalente, de forma que sua presença e voto sejam contabilizados à Assembleia. A Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente. A Assembleia será integralmente gravada. O registro em ata dos Titulares dos CRA presentes poderá ser realizado pelo presidente da mesa ou pelo secretário, cujas assinaturas serão realizadas por meio de assinatura eletrônica via D4Sign ou plataforma equivalente. Sem prejuízo, os Titulares dos CRA presentes à Assembleia poderão formalizar a assinatura de presença por meio de assinatura eletrônica via D4Sign ou plataforma equivalente, se assim solicitado pela Emissora.
 São Paulo, 30 de maio de 2022.
Planeta Securitizadora S.A.

PLANNER SOCIEDADE DE CRÉDITO MICROEMPREENDEDOR S.A.

CNPJ nº 05.684.234/0001-19 - NIRE 353001953930
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 20.04.2022
DATA: 20 de abril de 2022, às 09:00 horas. **LOCAL:** Sede social, na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3900 - 1º andar - Condomínio Edifício Pedro Mariz - 831 - Itaim Bibi - São Paulo-SP. **CONVOCAÇÃO E PRESEÇA:** Dispensada a convocação em virtude da presença da maioria absoluta representando a totalidade do capital social da Sociedade, nos termos do parágrafo 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A."), conforme verificado no Livro de Presença de Acionistas Mesa: Presidente: Carlos Arnaldo Borges de Souza; Secretário: Douglas Constantino Ferreira. **ORDEM DO DIA:** 1. Exame, discussão e votação das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31.12.2021, a saber: Balanço Patrimonial e as seguintes demonstrações: Resultado; Resultado Abrangente; Mutações do Patrimônio Líquido; Fluxo de Caixa; Notas Explicativas; e Relatório dos Auditores Independentes; e 2. Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício. **CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES:** Preliminarmente, os acionistas autorizaram a lavratura da presente ata na forma sumária, nos termos do Artigo 130, § 1º da Lei das S.A. Tendo em vista a presença da maioria absoluta representando a totalidade do Capital Social votando com a Companhia, considerou-se sanada a falta de publicação dos anúncios previstos no Artigo 133 da Lei das S.A., bem como a observância dos prazos referidos em tal artigo, nos termos do parágrafo 4º, Artigo 133, da Lei das S.A. **DELIBERAÇÕES:** Após os esclarecimentos de que os documentos mencionados no item "1" da ordem do dia haviam sido publicados na íntegra no jornal "O dia SP" em edição de 09.10 e 11 de abril de 2022, na página 5, e, com divulgação simultânea na versão digital do jornal, cuja versão foi sent feita através do "hash de publicação" nº 23032311793F3460DA09F49807672815C9C57728CB27EA281D12CE792E, os representantes da única acionista, por unanimidade de voto e sem qualquer restrição, deliberaram o seguinte: 1. Aprovar, sem ressalvas, todos os documentos mencionados no item "1" da ordem do dia; 2. O lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 no montante de **R\$199.858,49** (centos (1) noventa e nove mil, oitocentos e cinquenta e oito reais e quarenta e nove centavos) teve a seguinte destinação: **Contas:** Reserva Legal - **RS:** 9.992,92; **Contas:** Reserva específica de lucros - **RS:** 142.399,18; **Contas:** Dividendos Intermediários - **RS:** 47.466,39; **Total: RS 199.858,49**. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente declarou suscitados os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata em livro próprio, a qual logo após foi lida, aprovada e por todos assinada. São Paulo, 20 de abril de 2022. **ASSINATURAS:** **CARLOS ARNALDO BORGES DE SOUZA - Presidente;** **DOUGLAS CONSTANTINO FERREIRA - Secretário.** Acionista: **PLANNER HOLDING FINANCEIRA S.A. - Carlos Arnaldo Borges de Souza - Diretor - Claudio Henrique Sangar - Diretor JUCESP nº 264.27272-5 em 24.05.2022, Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.**

Canori Empreendimentos S.A.

CNPJ/ME nº 97.537.839/0001-03 - NIRE 35.300.510.674
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2022
1. Data, Horário e Local: Dia 29 de abril de 2022, às 11:00 h, na sede social, na Av. Magalhães de Castro nº 4800, cj. 21, Bairro Cidade Jardim, CEP: 05676-120, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **2. Presença:** a totalidade dos acionistas da Companhia Srs.: **Felipe Scripillilli Noschese**, brasileiro, casado no regime da separação total de bens, maior, administrador de empresas, portador da carteira de identidade R.G. nº 35.571.593-4-SSP-SP, inscrito no CPF/ME sob nº 407.493.908-83; **Alexandre Scripillilli Noschese**, brasileiro, solteiro, maior, administrador de empresas, portador da carteira de identidade R.G. nº 35.571.592-2-SSP-SP, inscrito no CPF/ME sob nº 412.075.838-98; e **Eduardo Scripillilli Noschese**, brasileiro, solteiro, maior, estudante, portador da carteira de identidade R.G. nº 39.111.263-6-SSP-SP, inscrito no CPF/ME sob nº 496.158.368-50, todos residentes e domiciliados na cidade de Londres, Reino Unido, na 11 Grosvenor Gardens Mews North, SW1W 0J.P, Westminster, neste ato representados por seu bastante procurador **Sergio Thiago da Gama Giestas**, brasileiro, solteiro, advogado, portador da cédula de identidade R.G. nº 2814264-SSP/PA e inscrito no CPF/ME sob nº 609.662.542-87, domiciliado nesta Capital do Estado de São Paulo, na Rua Auarui nº 255, 14º andar, Itaim Bibi, CEP. 01448-000, assim nomeado por meio das procurações anexas. **3. Mesa Dirigente – Sergio Thiago da Gama Giestas, Presidente, e Flavio Noschese, Secretário.** **4. Convocação –** Dispensada em virtude da presença da totalidade dos acionistas. **5. Publicações –** As previstas no parágrafo 4º do Artigo 133 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, nos jornais "O Dia" e "O Dia Digital", no dia 19 de abril de 2022. **6. Ordem do Dia:** (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021; (ii) deliberar sobre a destinação do resultado do exercício. **7. Deliberações –** Colocadas as matérias em discussão e votação, os acionistas aprovaram sem ressalva, por unanimidade de votos: (i) as contas dos administradores, as demonstrações financeiras e o relatório da administração referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; (ii) que o Lucro Líquido do exercício que totalizou **RS 281.686,16** (duzentos e oitenta e um mil, seiscentos e oitenta e seis reais e dezesseis centavos) seja integralmente absorvido pela conta de "Lucros/Prejuízos Acumulados", de acordo com o artigo 189 da Lei 6.404/76. **8. Encerramento:** - a) - Em todas as deliberações deixaram de votar o legalmente impedidos; b) - O Sr. Presidente franqueou o uso da palavra, não havendo, todavia, nenhuma manifestação; c) - Os trabalhos foram suspostos para a lavratura da presente ata, que tendo sido lida e achada conforme vai assinada pelo Presidente e Secretário. (a.a.) **Sergio Thiago da Gama Giestas, Presidente; Flavio Noschese, Secretário; pp. Felipe Scripillilli Noschese, pp. Alexandre Scripillilli Noschese e pp. Eduardo Scripillilli Noschese, Acionistas.** A presente transcrição encontra-se no Livro de Atas e é assinada por todos os membros da Mesa: **Sergio Thiago da Gama Giestas – Presidente; Flavio Noschese – Secretário.** Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 266.422/22-6 em 25/05/2022. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.

CNPJ/ME 07.658.098/0001-18 - NIRE 35.300.382.846
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 31 DE MAIO DE 2022
1. Data, Hora e Local: Aos 31 (trinta e um) dias do mês de maio de 2022, às 08:00 horas, em reunião realizada exclusivamente por meio de videoconferência, nos termos do Art. 121, Parágrafo Único, da Lei 6.404/1976 ("Lei das S.A."), e o disposto no Edital de Convocação nº 001/2022, emitido pela Qualicorp Administradora de Benefícios S.A., sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, 475, 3º andar - parte, Bela Vista, CEP 01311-000 ("Companhia"), **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, nos termos do Artigo 124, § 4º, da Lei das Sociedades por Ações, tendo em vista a presença da única acionista da Companhia, conforme registro e assinatura constantes no Livro de Presença de Acionistas respectivo, a **Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A.**, sociedade anônima de capital aberto, com sede na cidade de São Paulo, Avenida Paulista, 475, 3º andar - parte, Bela Vista, CEP 01311-000, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 11.992.680/0001-93, com seu atos constitutivos arquivados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE 35.300.379.560, neste ato representada nos termos do seu Estatuto Social, por seu Diretor, Sr. Frederico de Aguiar Oldani, brasileiro, divorciado, administrador, portador da cédula de identidade RG nº 15.337.260-6 (SSP/SP), inscrito no CPF/ME sob o nº 253.515.048-47, domiciliado no município de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 11.992.680/0001-93, com seu atos constitutivos arquivados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE 35.300.379.560, neste ato representada nos termos do seu Estatuto Social, por seu Diretor, Sr. Frederico de Aguiar Oldani, brasileiro, divorciado, administrador, portador da cédula de identidade RG nº 15.337.260-6 (SSP/SP), inscrito no CPF/ME sob o nº 253.515.048-47, domiciliado no município de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 11.992.680/0001-93, com seu atos constitutivos arquivados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE 35.300.379.560, neste ato representada nos termos do seu Estatuto Social, por seu Diretor, Sr. Frederico de Aguiar Oldani, brasileiro, divorciado, administrador, portador da cédula de identidade RG nº 15.337.260-6 (SSP/SP), inscrito no CPF/ME sob o nº 253.515.048-47, domiciliado no município de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 11.992.680/0001-93, com seu atos constitutivos arquivados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE 35.300.379.560, neste ato representada nos termos do seu Estatuto Social, por seu Diretor, Sr. Frederico de Aguiar Oldani, brasileiro, divorciado, administrador, portador da cédula de identidade RG nº 15.337.260-6 (SSP/SP), inscrito no CPF/ME sob o nº 253.515.048-47, domiciliado no município de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 11.992.680/0001-93, com seu atos constitutivos arquivados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE 35.300.379.560, neste ato representada nos termos do seu Estatuto Social, por seu Diretor, Sr. Frederico de Aguiar Oldani, brasileiro, divorciado, administrador, portador da cédula de identidade RG nº 15.337.260-6 (SSP/SP), inscrito no CPF/ME sob o nº 253.515.048-47, domiciliado no município de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 11.992.680/0001-93, com seu atos constitutivos arquivados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE 35.300.379.560, neste ato representada nos termos do seu Estatuto Social, por seu Diretor, Sr. Frederico de Aguiar Oldani, brasileiro, divorciado, administrador, portador da cédula de identidade RG nº 15.337.260-6 (SSP/SP), inscrito no CPF/ME sob o nº 253.515.048-47, domiciliado no município de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 11.992.680/0001-93, com seu atos constitutivos arquivados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE 35.300.379.560, neste ato representada nos termos do seu Estatuto Social, por seu Diretor, Sr. Frederico de Aguiar Oldani, brasileiro, divorciado, administrador, portador da cédula de identidade RG nº 15.337.260-6 (SSP/SP), inscrito no CPF/ME sob o nº 253.515.048-47, domiciliado no município de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 11.992.680/0001-93, com seu atos constitutivos arquivados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE 35.300.379.560, neste ato representada nos termos do seu Estatuto Social, por seu Diretor, Sr. Frederico de Aguiar Oldani, brasileiro, divorciado, administrador, portador da cédula de identidade RG nº 15.337.260-6 (SSP/SP), inscrito no CPF/ME sob o nº 253.515.048-47, domiciliado no município de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 11.992.680/0001-93, com seu atos constitutivos arquivados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE 35.300.379.560, neste ato representada nos termos do seu Estatuto Social, por seu Diretor, Sr. Frederico de Aguiar Oldani, brasileiro, divorciado, administrador, portador da cédula de identidade RG nº 15.337.260-6 (SSP/SP), inscrito no CPF/ME sob o nº 253.515.048-47, domiciliado no município de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 11.992.680/0001-93, com seu atos constitutivos arquivados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE 35.300.379.560, neste ato representada nos termos do seu Estatuto Social, por seu Diretor, Sr. Frederico de Aguiar Oldani, brasileiro, divorciado, administrador, portador da cédula de identidade RG nº 15.337.260-6 (SSP/SP), inscrito no CPF/ME sob o nº 253.515.048-47, domiciliado no município de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 11.992.680/0001-93, com seu atos constitutivos arquivados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE 35.300.379.560, neste ato representada nos termos do seu Estatuto Social, por seu Diretor, Sr. Frederico de Aguiar Oldani, brasileiro, divorciado, administrador, portador da cédula de identidade RG nº 15.337.260-6 (SSP/SP), inscrito no CPF/ME sob o nº 253.515.048-47, domiciliado no município de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 11.992.680/0001-93, com seu atos constitutivos arquivados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE 35.300.379.560, neste ato representada nos termos do seu Estatuto Social, por seu Diretor, Sr. Frederico de Aguiar Oldani, brasileiro, divorciado, administrador, portador da cédula de identidade RG nº 15.337.260-6 (SSP/SP), inscrito no CPF/ME sob o nº 253.515.048-47, domiciliado no município de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 11.992.680/0001-93, com seu atos constitutivos arquivados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE 35.300.379.560, neste ato representada nos termos do seu Estatuto Social, por seu Diretor, Sr. Frederico de Aguiar Oldani, brasileiro, divorciado, administrador, portador da cédula de identidade RG nº 15.337.260-6 (SSP/SP), inscrito no CPF/ME sob o nº 253.515.048-47, domiciliado no município de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 11.992.680/0001-93, com seu atos constitutivos arquivados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE 35.300.379.560, neste ato representada nos termos do seu Estatuto Social, por seu Diretor, Sr. Frederico de Aguiar Oldani, brasileiro, divorciado, administrador, portador da cédula de identidade RG nº 15.337.260-6 (SSP/SP), inscrito no CPF/ME sob o nº 253.515.048-47, domiciliado no município de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 11.992.680/0001-93, com seu atos constitutivos arquivados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE 35.300.379.560, neste ato representada nos termos do seu Estatuto Social, por seu Diretor, Sr. Frederico de Aguiar Oldani, brasileiro, divorciado, administrador, portador da cédula de identidade RG nº 15.337.260-6 (SSP/SP), inscrito no CPF/ME sob o nº 253.515.048-47, domiciliado no município de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 11.992.680/0001-93, com seu atos constitutivos arquivados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE 35.300.379.560, neste ato representada nos termos do seu Estatuto Social, por seu Diretor, Sr. Frederico de Aguiar Oldani, brasileiro, divorciado, administrador, portador da cédula de identidade RG nº 15.337.260-6 (SSP/SP), inscrito no CPF/ME sob o nº 253.515.048-47, domiciliado no município de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 11.992.680/0001-93, com seu atos constitutivos arquivados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE 35.300.379.560, neste ato representada nos termos do seu Estatuto Social, por seu Diretor, Sr. Frederico de Aguiar Oldani, brasileiro, divorciado, administrador, portador da cédula de identidade RG nº 15.337.260-6 (SSP/SP), inscrito no CPF/ME sob o nº 253.515.048-47, domiciliado no município de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 11.992.680/0001-93, com seu atos constitutivos arquivados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE 35.300.379.560, neste ato representada nos termos do seu Estatuto Social, por seu Diretor, Sr. Frederico de Aguiar Oldani, brasileiro, divorciado, administrador, portador da cédula de identidade RG nº 15.337.260-6 (SSP/SP), inscrito no CPF/ME sob o nº 253.515.048-47, domiciliado no município de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 11.992.680/0001-93, com seu atos constitutivos arquivados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE 35.300.379.560, neste ato representada nos termos do seu Estatuto Social, por seu Diretor, Sr. Frederico de Aguiar Oldani, brasileiro, divorciado, administrador, portador da cédula de identidade RG nº 15.337.260-6 (SSP/SP), inscrito no CPF/ME sob o nº 253.515.048-47, domiciliado no município de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 11.992.680/0001-93, com seu atos constitutivos arquivados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE 35.300.379.560, neste ato representada nos termos do seu Estatuto Social, por seu Diretor, Sr. Frederico de Aguiar Oldani, brasileiro, divorciado, administrador, portador da cédula de identidade RG nº 15.337.260-6 (SSP/SP), inscrito no CPF/ME sob o nº 253.515.048-47, domiciliado no município de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 11.992.680/0001-93, com seu atos constitutivos arquivados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE 35.300.379.560, neste ato representada nos termos do seu Estatuto Social, por seu Diretor, Sr. Frederico de Aguiar Oldani, brasileiro, divorciado, administrador, portador da cédula de identidade RG nº 15.337.260-6 (SSP/SP), inscrito no CPF/ME sob o nº 253.515.048-47, domiciliado no município de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 11.992.680/0001-93, com seu atos constitutivos arquivados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE 35.300.379.560, neste ato representada nos termos do seu Estatuto Social, por seu Diretor, Sr. Frederico de Aguiar Oldani, brasileiro, divorciado, administrador, portador da cédula de identidade RG nº 15.337.260-6 (SSP/SP), inscrito no CPF/ME sob o nº 253.515.048-47, domiciliado no município de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 11.992.680/0001-93, com seu atos constitutivos arquivados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE 35.300.379.560, neste ato representada nos termos do seu Estatuto Social, por seu Diretor, Sr. Frederico de Aguiar Oldani, brasileiro, divorciado, administrador, portador da cédula de identidade RG nº 15.337.260-6 (SSP/SP), inscrito no CPF/ME sob o nº 253.515.048-47, domiciliado no município de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 11.992.680/0001-93, com seu atos constitutivos arquivados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE 35.300.379.560, neste ato representada nos termos do seu Estatuto Social, por seu Diretor, Sr. Frederico de Aguiar Oldani, brasileiro, divorciado, administrador, portador da cédula de identidade RG nº 15.337.260-6 (SSP/SP), inscrito no CPF/ME sob o nº 253.515.048-47, domiciliado no município de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 11.992.680/0001-93, com seu atos constitutivos arquivados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE 35.300.379.560, neste ato representada nos termos do seu Estatuto Social, por seu Diretor, Sr. Frederico de Aguiar Oldani, brasileiro, divorciado, administrador, portador da cédula de identidade RG nº 15.337.260-6 (SSP/SP), inscrito no CPF/ME sob o nº 253.515.048-47, domiciliado no município de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 11.992.680/0001-93, com seu atos constitutivos arquivados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE 35.300.379.560, neste ato representada nos termos do seu Estatuto Social, por seu Diretor, Sr. Frederico de Aguiar Oldani, brasileiro, divorciado, administrador, portador da cédula de identidade RG nº 15.337.260-6 (SSP/SP), inscrito no CPF/ME sob o nº 253.515.048-47, domiciliado no município de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 11.992.680/0001-93, com seu atos constitutivos arquivados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE 35.300.379.560, neste ato representada nos termos do seu Estatuto Social, por seu Diretor, Sr. Frederico de Aguiar Oldani, brasileiro, divorciado, administrador, portador da cédula de identidade RG nº 15.337.260-6 (SSP/SP), inscrito no CPF/ME sob o nº 253.515.048-47, domiciliado no município de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 11.992.680/0001-93, com seu atos constitutivos arquivados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE 35.300.379.560, neste ato representada nos termos do seu Estatuto Social, por seu Diretor, Sr. Frederico de Aguiar Oldani, brasileiro, divorciado, administrador, portador da cédula de identidade RG nº 15.337.260-6 (SSP/SP), inscrito no CPF/ME sob o nº 253.515.048-47, domiciliado no município de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 11.992.680/0001-93, com seu atos constitutivos arquivados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE 35.300.379.5

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/1F45-821C-58BD-7D3B> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 1F45-821C-58BD-7D3B



Hash do Documento

004D56D9A5DE02F6631ECCC9C33C88A8DA62DE2D7737E689CB3C4064D6223BC7

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 02/06/2022 é(são) :

- Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 02/06/2022 10:09 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS, LIVROS, REVISTAS LTDA - 64.186.877/0001-00

